

LEVANTAMENTO DA SITUAÇÃO DAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS NA BAHIA

PANORAMA DO SÓCIO ECONÔMICO E QUDRO DAS SITUAÇÕES DE CONFLITO

Nº	Território	Município	Nº estimado de Famílias	Situação Sócio-Econômica ou Acesso a Políticas Públicas	Conflitos/Situações de Violência e/ou Violações de Direitos Humanos
1	SÃO FRANCISCO DO PARAGUAÇU	CACHOEIRA	323	<p># Condições de moradia precárias (a maioria das casas são de taipa);</p> <p># Ausência de Saneamento básico;</p> <p># Condições precárias de transporte e de acesso (a estrada que liga a comunidade à sede do município é muito ruim);</p> <p># Educação: existência de apenas uma escola de primeiro grau, comprometendo a continuidade dos estudos dos jovens após esse período; Alto índice de analfabetismo entre os adultos;</p> <p># Atualmente boa parte das famílias acessam bolsa família</p>	<p># Situação atual de imenso conflito com treze fazendeiros, onde estão envolvidos grandes interesses de fazendeiros locais e de grupos estrangeiros (Japonês e Portugueses), inclusive na perspectiva de exploração turística da região;</p> <p># Ameaça de instalação de um grande empreendimento (Pólo Industrial Naval), com diversos impactos negativos para comunidade e seu território tradicional.</p> <p># Expulsão progressiva das famílias de seus território, mediante ações judiciais (possessórias) e ação armada de jagunços.</p> <p># Cerceamento do acesso ao mangue, às roças e áreas de extrativismo por parte dos fazendeiros, comprometendo a sobrevivência do grupo;</p> <p># Violência (inclusive armada) e constantes ameaças contra lideranças quilombolas, protagonizada por fazendeiros, através de seus jagunços, com indícios de envolvimento de agentes da polícia;</p> <p># Criminalização da comunidade quilombola e de seus membros (judicialmete e através da grande mídia);</p> <p># Paralisação do processo administrativo no incra por cerca de um ano e meio por força de decisão judicial em ação interposta pelos fazendeiros;</p> <p># Morte de duas lideranças quilombolas em razão dos conflitos;</p>

2	BARRA DO PARATECA	CARINHANHA	270	<p># A comunidade sobrevive do cultivo de pequenas roças nas vazantes do Rio São Francisco e da pesca artesanal. Tais atividades encontram-se ameaçadas, em razão da escassez de peixes no Rio, causada pela degradação ambiental, e das tentativas ilegais de cerceamento do acesso das famílias quilombolas à área de vazante, por parte de fazendeiros que alegam serem donos das referidas terras;</p> <p># A situação atual é de completa insegurança alimentar e de desestruturação dos núcleos familiares. A comunidade encontra-se imprensada atualmente nas margens do Rio São Francisco, com pouquíssima terra para plantar e sem espaço para construção de novas moradias;</p> <p># Forte incidência de migração (principalmente de jovens) para trabalhar nas lavouras das regiões sudeste e centro-oeste do país (corte de cana, colheita de banana, café, laranja etc), em razão da falta de perspectivas de sobrevivência no território. A maioria desses jovens tem trabalhado sem garantias trabalhistas e morado nas áreas mais pauperizadas (favelas) desses grandes centros urbanos.</p> <p># Precárias condições de acesso, pela distância da sede do município;</p> <p># Ausência de saneamento básico (esgotamento sanitário, água tratada);</p> <p># Ausência de quaisquer políticas de segurança que atenda a comunidade;</p> <p># Ausência de serviços de saúde. Há considerável índice de hipertensão.</p>	<p># Sofrem violências e ameaças diárias por parte de pistoleiros, sob o patrocínio dos fazendeiros locais;</p> <p># Perseguição psicológica e moral também por fazendeiros, no intuito de deslegitimar a identidade do grupo e criminalizá-lo;</p> <p># Privação do acesso às áreas tradicionalmente ocupadas pela comunidade, especialmente a área de vazante do Rio São Francisco de onde as famílias quilombolas extraem sua sobrevivência - por parte de fazendeiros que alegam serem donos das mesmas terras;</p> <p># Forte judicialização do conflito e avanço do processo de desterritorialização com a concessão judicial instantânea de liminares de reintegração de posse sobre a área de vazante do Rio em favor dos fazendeiros locais;</p> <p># Ilegalidade e na concessão das liminares sobre áreas flagrantemente públicas da União e nos seus cumprimentos (duas delas foram cumpridas antes mesmo da publicação da decisão);</p> <p># Forte interferência dos fazendeiros no poder judiciário local. Inclusive um dos fazendeiros é Juiz Estadual na Comarca do Município onde esta situada a comunidade;</p> <p># Violência psicológica contra os servidores e profissionais a serviço da comunidade.</p>
3	PITANGA DOS PALMARES	SIMÕES FILHO	1029	<p># Segundo dados do IBGE, da Petrobrás, Braskem e levantamentos do INCRA realizados na comunidade, se trata de uma população jovem. Quase metade da população local tem até 30 anos de idade. Mais de 80% dos quilombolas não tem o ensino básico e ainda, 12% nunca freqüentaram a escola. Quase 50% de sua população está desempregada, e 81% dos moradores com mais de 18 anos não tem qualquer tipo de documentação.</p> <p># A situação atual é de forte desemprego e ociosidade dos jovens e insegurança física e alimentar, em razão da falta de terra;</p> <p># Ausência de políticas de incentivo às práticas produtivas e assistência técnica;</p> <p># Há forte poluição ambiental causada pela falta de saneamento, pelas atividades industriais do Pólo Petroquímico de Camaçari, pelo despejo de lixo hospitalar sem tratamento e pelo tráfego intenso de carretas dentro do território quilombola;</p> <p># Precariedade no atendimento à saúde;</p> <p># Ausência de escolas de nível médio.</p>	<p># Avanço industrial predatório no território quilombola,</p> <p># Presença da Colônia Penal do município de Simões Filho, instalada em 2007 dentro do território quilombola;</p> <p># Presença de dutos com matérias tóxicas e inflamáveis para abastecimento dos pólos industriais de Aratú e Camacari, que também atravessam o território;</p> <p># Ameaça de passagem do Contorno Ferroviário de Camaçari por dentro do território, em razão do projeto de transposição da linha, cujas obras estão prestes a se iniciar;</p> <p># Cerceamento do acesso da comunidade à barragem Joanes II, com o levantamento de cercas elétricas pelos fazendeiros para evitar a aproximação de pescadores (fato denunciado pela comunidade ao Ministério Público)</p> <p># Expropriação das maiores e melhores áreas de cultivos por parte de fazendeiros</p>

4	SAPIRANGA (Tapera, Pau Grande e Barreiros)	MATA DE SÃO JOÃO	290	<ul style="list-style-type: none"> # Ausência de saneamento básico; # Ausência de energia elétrica; # Precariedade das condições de acesso # Ausência de escolas # Ausência de postos de saúde; 	<ul style="list-style-type: none"> # Existência de conflitos internos com ameaças de morte contra líderes comunitários; divergências em torno da identidade quilombola; influência e intimidação de fazendeiros; # Envolvimento de grandes interesses envolvendo fazendeiros, grupos políticos locais (principalmente o prefeito) e empresários estrangeiros; # Ameaça de avanço de grandes empreendimentos hoteleiros na área; # Ameaças aos servidores do INCRA # Intenso processo de expropriação das terras e expulsão completa de famílias, cuja ocupação remete mais de 2 séculos, ao longo de sucessivas gerações. # Paralisação do processo administrativo no INCRA de demarcação e titulação do território quilombola
5	ILHA DE MARÉ (Praia Grande, Bananeiras, Maracanã, Ponta Grossa, Porto dos Cavalos, Martelo)	SALVADOR	355	<ul style="list-style-type: none"> # Ausência de saneamento básico. Os dejetos correm a céu aberto em direção ao mar e manguezal; # Condições de Moradia precárias (inclusive com existência de casas de Taipa); # Ausência de serviços de saúde: Em 2008 foi construída uma unidade de saúde da família, porém não tem médico. # Educação: só há escola até a quarta-série do ensino fundamental, de modo que poucas pessoas na comunidade continuam estudando após esse período; # Condições precárias de transporte e vias de acesso. Ausência de estrada que interligue as comunidades, e de ancoradouros; # Recentemente, a comunidade esta sendo contemplada por um programa habitacional popular que prevê construção de 100 casas. Boa parte das famílias acessam o bolsa família. 	<ul style="list-style-type: none"> # Áreas de extrativismo e de mangue cercadas por fazendeiros, comprometendo a sobrevivência das comunidades tradicionais que ali vivem; # Degradação ambiental: constantes vazamentos de óleo no mar por parte da Petrobrás; poluição atmosférica, da água, do solo e dos habitantes locais em razão do Porto de Aratú (com lançamento inclusive de substâncias de odor asfixiante, havendo comprovação de pessoas da comunidade já contaminadas por cádmio, mercúrio e chumbo). # Diminuição da fauna e flora, comprometendo as condições de sobrevivência das comunidades, por conta das diversas contaminações que atingem o território, agravadas pela falta de monitoramento e controle por parte dos órgãos ambientais responsáveis, apesar das constantes denúncias realizadas, inclusive ao Ministério Público; # Descaso da Secretaria Municipal de Saúde frente os problemas de saúde gerados na comunidade, apesar das denúncias realizadas ao órgão, principalmente nos últimos quatro anos. # Ameaça de agravamento dos problemas ambientais e de saúde com o projeto de duplicação do Porto de Aratú.

6	LAGOA DE PIRANHAS	BOM JESUS DA LAPA	81	<p># Vivem praticamente da pesca, pois estão encurralados em uma área de 2 há, pelos fazendeiros. Muitas pessoas, sobretudo crianças, passam fome: segundo os dados coletados dos cadastros do INCRA o rendimento mensal médio por pessoa é 47,77 reais;</p> <p># Não há terras para plantio e como a pesca na lagoa vem sendo proibida, as condições de sobrevivência do grupo estão cada vez mais comprometidas;</p> <p># Não esgotamento sanitário e a água utilizada para consumo humano é muito ruim: advém da lagoa das piranhas, onde também são despejados o esgoto e resíduos da produção agrícola de assentamentos vizinhos.</p> <p># Possuem uma escola apenas de 1º grau. Não há transporte escolar da comunidade até a sede do município para permitir que os jovens continuem estudando após esse período;</p> <p># Acessam auxílios governamentais como cestas básicas e bolsa família</p> <p># As condições da estrada (de barro) são precárias. Quando chove não há acesso, a não ser por dentro de propriedades particulares;</p>	<p># Há intenso conflitos com fazendeiros, principalmente em torno da área de abastecimento de água - Lagoa das piranhas- onde os proprietários tentam impedir o acesso da comunidade;</p> <p># Tais conflitos provocaram tentativas de homicídio contra líderes quilombolas,</p> <p># Há casos de estupro e freqüentes de roubo;</p>
7	SALAMINAS	MARAGOGIPE	45	<p># Condições precárias de Moradia (existência inclusive de casas de taipa), de saúde e tratamento de água</p> <p># Ausência de energia elétrica, o que afeta também as necessidades ligadas à pesca.</p> <p># Condições precárias de transporte e acesso (ausência de estrada e transporte marítimo, deixando a comunidade "isolada")</p>	<p># Violência: constantes ameaças e intimidações por parte de capangas armados que afirmam serem policiais: cerceamento do acesso às áreas de extrativismo na Mata Atlântica, onde a comunidade extre a piaçava; seqüestro de rezes dos quilombolas, etc;</p> <p># Assédio constante de empresários interessados em instalar empreendimentos turísticos no território.</p>

8	GUAÍ (Tabatinga, Giral Grande, Guérem- Baixão do Guái, Guagucú e Porto da Pedra)	MARAGOJIPE	300	<p># Ausência de saneamento básico;</p> <p># A energia elétrica, que chegou recentemente no território, não alcançou todas as áreas das comunidades, inexistindo luz ainda em parte do Guaruçu e Tabatinga;</p> <p># Condições de acesso precárias – estradas de barro, onde só é possível trafegar à pé ou com carros tracionados;</p> <p># Nem todas as comunidades tem escolas, e não há ônibus escolar que entre nas comunidades, passando apenas pela rodovia, de modo que as crianças tem que andar até a BA 026 para pegarem o transporte;</p> <p># Os serviços de saúde também são precários, não havendo posto de saúde em todas as comunidades.</p> <p># Insuficiência de políticas voltadas para a geração de renda e incentivo a produção: a média encontrada da renda familiar de todos os domicílios cadastrados pelo INCRA foi de R\$ 327,60, o que significa que a maioria das famílias se encontra abaixo da linha de pobreza. Tal situação se agrava quando se constata que a grande maioria dessas rendas advém de aposentadorias e bolsas- família;</p>	<p># Cerceamento do acesso á áreas de mangue por parte de fazendeiros (Faz. Mutamba), comprometendo as condições de sobrevivência das famílias pescadoras de Porto da Pedra;</p> <p># Violência aberta patrocinada por fazendeiros contra quilombolas, com ameaças de morte, intimidações com armas de fogo, ameaça a funcionários do INCRA, etc. Inclusive, um quilombola fora agredido com golpes de coronha de revolver na cabeça;</p> <p># Também com uso de violência, os fazendeiros, muitas vezes fortalecidos com as intimidações da polícia militar contra as comunidades, tem expulsado famílias das terras tradicionalmente ocupadas por estas, destruído rocas e casas;</p> <p># Tentativa de extinção e expropriação de um terreiro de candomblé. Assédio moral às Famílias de Santo.</p> <p># Cobrança indevida de arrendamento a posseiros, que ocupam historicamente a área.</p>
9	BURI	MARAGOJIPE	25	<p># a comunidade é desprovida de políticas de educação, saúde, tratamento de água, e saneamento básico.</p> <p># Inexiste eletrificação</p>	<p># Há conflito com empreiteiras que pretendem implantar empreendimentos industriais no interior do território quilombola.</p> <p># Há conflito com um grupo dissidente da FETAG que pleiteia a área para instalar um assentamento de reforma agrária.</p>
10	ENSEADA DO PARAGUAÇU	MARAGOJIPE	200	<p># Forte dificuldade de locomoção: Precariedade de estradas; ausência de transporte coletivo (seja terrestre ou marítimo); precariedade do porto da localidade onde não existe qualquer estrutura de atracação para embarcação</p>	<p># A comunidade sofre forte perseguição da família que se diz proprietária da área. O gado dos fazendeiros é solto no terreiro dos quilombolas trazendo prejuízos e colocando em risco as crianças e idosos. Os quilombolas são impedidos de construir ou reformarem suas casas ocasionando ma série de conflitos no local.</p> <p># Atualmente, o território está sendo cobiçado por grandes empreiteiras para instalação de um pólo industrial naval, o que coloca em risco a própria sobrevivência da comunidade.</p>
11	ZUMBI	MARAGOJIPE	20	<p># Existe indícios de trabalho escravo na comunidade.</p> <p># Inexiste qualquer política de saúde, educação, e saneamento básico</p> <p># Inexiste Eletrificação</p>	<p># Os moradores da comunidade são proibidos de construir suas próprias casas e são obrigados a morar nas casas construídas pelos fazendeiros, mesmo habitando na comunidade por várias gerações</p>

12	SÃO BRAZ	SANTO AMARO	350	<p># Condições precárias de Habitação (ainda existem muitas casas de taipa e outras sem infra-estrutura adequada);</p> <p># Ausência de áreas de lazer;</p> <p># Educação: ausência de creches para as crianças e muitas pessoas semi-alfabetizadas; os jovens precisam se deslocar para a sede do município para cursar o ensino médio;</p> <p># Saúde: embora exista PSF não há posto de saúde e a comunidade padece de atendimento medico</p> <p># Ausência de saneamento básico - o esgoto está sendo lançado no mar;</p> <p># Poluição do Rio Pitinga por conta de produtos químicos lançados pela fábrica de papel;</p>	<p># Uma área significativa do território esta ameaçada de ser privatizada em favor de um grupo de empresários europeus. A empresa Propert-Logic pretende implantar um mega empreendimento turístico na Ilha de Cajaiba e inviabilizar o uso tradicional da ilha pela comunidade. Há presença de capangas armados inibindo o acesso da comunidade aos vários frutos e cipós. A comunidade já está sendo impedida de realizar o extrativismo da floresta.</p> <p># Outra parte do território foi violentamente retida da comunidade para a plantação do bambuzal. A IPB (Indústria de Papeis da Bahia), representada hoje pela empresa Penha Papeis de capital japonês, além de no passado se apropriar indevidamente do território e expulsar diversas famílias que possuíam roças nessas terras, vem contaminando um dos principais rios da comunidade com o lançamento de produtos químicos no estuário.</p>
13	SÃO DOMINGOS	LICÍNIO ALMEIDA DE		<p># Há grande incidência de pequenas propriedades</p> <p># A comunidade vive da produção de subsistência</p> <p># Há forte incidência de migração temporária para corte de cana</p> <p># Possuem energia elétrica</p> <p># Ausência de água encanada</p> <p># Há escola só primária</p> <p># Dificuldades de acesso : ausência de estradas, que se agrava com a grande distância distância em relação a sede do município;</p> <p># Ausência de posto de saúde</p>	<p># Esta ameaçada pelo empreendimento pedra de ferro da Bahia Mineração, com o risco de destruição das nescentes do território por conta do empreendimento. Famílias tem tido suas terras invadidas por representantes das empresas para realização de estudos mineralógicos e a situação é de bastante insegurança quanto ao futuro da comunidade.</p>
14	SANTO INÁCIO	IBIASSUCÊ	45	<p># Há grande incidência de pequenas propriedades</p> <p># A comunidade vive da produção de subsistência</p> <p># Há forte incidência de migração temporária para corte de cana</p> <p># Possuem energia elétrica e água encanada</p> <p># Há escola só primária</p> <p># Ausência de estradas</p> <p># Ausência de posto de saúde</p>	<p># Esta ameaçada pelo empreendimento pedra de ferro da Bahia Mineração – a comunidade se localiza na rota onde pasará o possível mineroduto.</p>

15	TOMÉ NUNES	MALHADA	75	<ul style="list-style-type: none"> # Moram nas barrancas do Rio São Francisco e cultivam áreas de vazante. Como estão cercados por fazendeiros, sofrem com as enchentes do Rio, por não possuírem terra para onde se retirar; # Não tem acesso à água para consumo e nem para produção; # Há forte migração temporária; # As condições de moradia são precárias; # Só há escola primária na comunidade; # As condições das estradas também são precárias; # Possuem energia elétrica 	<ul style="list-style-type: none"> # A área pertencente ao quilombo é cercada por fazendeiros que a cada dia avançam mais sobre a comunidade empurrando-a para a margem do Rio. Foram expulsas da terra por pretensos proprietários a mais de 40 anos e hoje não tem terra para trabalhar. # Um grupo de sem terras, ligado ao MST, ocupou uma fazenda inserida no território quilombola.
16	FAZENDA GRANDE	MUQUÉM DO SÃO FRANCISCO	120	<ul style="list-style-type: none"> # Vivem em uma pequena área da União, às margens do Rio S. Francisco, cercados por fazendeiros à frente e pelos lados. As atividades de sobrevivência são a pesca, lavouras de subsistência cultivadas nas ilhas do Rio São Francisco e criatório de boi, cabra, porco, etc 	<ul style="list-style-type: none"> # Sofrem ameaças por parte de fazendeiro
17	BOA VISTA DO PIXAIM	MUQUÉM DO SÃO FRANCISCO	50	X	<ul style="list-style-type: none"> # Vivem encurralados pelos fazendeiros em uma pequena área de terra sem ter onde plantar
18	MATA SAPÉ DO	RIACHO DE SANTANA	50	<ul style="list-style-type: none"> # Ausência de energia elétrica; # Condições precárias de acesso (estrada); # Ausência de atendimento médico; # Ausência de incentivos e assistência técnica para as atividades produtivas; # Forte incidência de migração da população jovem para o corte de cana (principalmente para os Estados de SP, MT, MG, GO e PR), onde tem sido comum a ocorrência de acidentes de trabalho; 	<ul style="list-style-type: none"> # A condição de opressão vivenciada pela comunidade é bastante revelada através do descaso do Estado, e da ausência ou precariedade das políticas públicas que chegam até o local; # Os riscos e impactos decorrentes da migração para o trabalho no corte de cana na população jovem e nas futuras gerações;

19	TIJUAÇU	SENHOR DO BONFIM	774	<p># Tijuaçu possui sua economia baseada sobretudo na agricultura de subsistência, porém, por se tratar de uma comunidade com considerável grau de urbanização, apresenta tendência para o comércio, o artesanato, e a indústria;</p> <p># A escassez de terras para a agricultura e o extrativismo, base da economia local, o que tem gerado a migração de homens e mulheres para trabalhos fora da comunidade .A Maioria dos Homens migram para o trabalho nas lavouras de fruta em Juazeiro, trabalho que tem afetado a saúde destes trabalhadores que se expõem constantemente à produtos químicos(agrotóxicos).Grande parte das mulheres trabalham em casas de família em Sr. Do Bonfim, não tendo seus direitos trabalhistas assegurados e sendo vítimas de constante discriminação por serem negras e quilombolas;</p> <p># Atualmente na comunidade estão sendo desenvolvidos alguns projetos, parceria da associação Agropastoril Quilombola de Tijuaçu e de órgãos do Governo como a Fundação Cultural Palmares, A SEPPIR, o Ministério da Justiça entre outros</p>	<p># Privação do acesso às áreas tradicionalmente ocupadas, atualmete em mões dos fazendeiros, prejudicando as atividades de extrativismo, principalmete do Licuri da palha do Ariri, e da Lã de Barriguda. Muitos desses recursos naturais estão se extinguindo por conta do desmatamento resultante da implantação de fazendas de gado na região;</p> <p># Privação do acesso às fontes de água, muitas delas atualmente dentro das fazendas, de modo que a comunidade tem que se utilizar do fornecimento de água através de carros pipas, reivindicados junto à prefeitura municipal;</p>
20	OLHO D'ÁGUA BASÍLIO	DO SEABRA	76	<p># Não existe água encanada, e nem mesmo coleta de resíduos sólidos. O lixo inorgânico é queimado á céu aberto. Também verifica-se bastante escassez de água, de modo que muitas vezes a comunidade consome água do poço onde os animais urinam;</p> <p># Ausência de posto ou agente comunitário de saúde na comunidade;</p> <p># Precariedade nos serviços de comunicação. O único telefone público que existe na comunidade funciona à luz solar;</p> <p># Não há energia elétrica em todos as localidades do território;</p> <p># A Escola existente na comunidade funciona somente até a 3ª série. As as demais séries só podem ser cursadas na comunidade vizinha, onde, segundo relatos, os quilombolas sofrem forte preconceito racial</p>	<p># Atualmente, o maior conflito observado na área é o fato de que alguns proprietários criadores de gado soltam as rezes para pastar em cima das roças dos quilombolas, causando prejuízos e intensificando os períodos de fome por que passaram as famílias da comunidade.</p>
21	BARRA, RIACHO DAS PEDRAS	ERIO DAS CONTAS DE	95	<p># Falta de saneamento básico (a água para o consumo humano não é tratada e as casas não têm esgotamento sanitário);</p> <p># Ausência de serviços públicos de telefonia</p>	<p># Conflitos com grupo político local (última gestão da prefeitura), sobretudo com as pessoas deste mesmo grupo que ocupam o território indevidamente. Indícios de irregularidades na administração de recursos de projeto desenvolvido na comunidade. A comunidade já acionou o MP Estadual, mas nada foi feito.</p> <p># Assacinato de integrante de uma ONG que participou e depois denunciou os esquemas de corrupção;</p>

22	CAPÃO DAS GAMELAS	SEABRA	59	<p># Falta saneamento básico. A água usada para o consumo humano é do brejo retirada do meio do limo ou de um tanque de barro construídos no chão de forma artesanal. Portanto, a água é barreta. Parte do grupo tem água encanada, mas é bem escassa, além de ser salubre e se cristalizar na encanação. Apenas 3 casas têm banheiros, mas devido a escassez de água não são usados;</p> <p># Há energia elétrica, que só chegou recentemente. Não há iluminação nas estradas;</p> <p># Ausência de serviços de telefonia;</p> <p># Precariedade das instalações da escola;</p> <p># Há Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, mas não funciona</p>	<p># Receio de retaliação pelo grupo político que ocupa a prefeitura atualmente, em razão da oposição política que as comunidades quilombolas da região fizeram no período eleitoral</p>
23	ARAÇÁ, CARIACÁ, PEDRAS, RETIRO, PATOS COXO	BOM JESUS DA LAPA E	384	<p># Vivem da agricultura de sequeiro e vazante e da pesca.</p> <p># A partir de 2004, passaram a ter energia elétrica nas casas (programa Luz para Todos). Não há iluminação nas estradas</p> <p># Não há posto de saúde no território nem água tratada;</p> <p># Há 2 escolas de 1º grau (uma até a 4ª série, e outra até a 8ª série). Após esse período, os alunos tem que deslocar até a sede do município para continuar estudando.</p> <p># As comunidades de Araçá-Cariacá, integrantes do P.A Nova Volta, foram contempladas recentemente com a instalação de um poço artesiano, liberação de créditos para construção de habitação e programas de incentivo a produção através do Pronaf, e de geração de renda com a instalação de uma casa comunitária com máquinas de corte e costura. No entanto, tais benefícios não alcançaram o restante do território -comunidades de Pedras, Retiro, Patos e Coxo. Estas, extraem a água para consumo de cisternas, cacimba e/ou diretamente do Rio São Francisco, e vivem em condições de habitação bastante precárias. A maior parte das casas são de taipas e muitas não possuem banheiro;</p>	<p># Há conflitos internos, em razão dos quais um grupo vem defendendo o fracionamento do processo de demarcação do território em dois áreas, de modo a separar a área que corresponde ao P.A Nova Volta das outras comunidades.</p>

24	MANGAL BARRO VERMELHO	E SÍTIO DO MATO	164	<p># Atualmente estão sendo contempladas pelo PRONAF(Programa Nacional de Fomento a Agricultura Familiar). Produzem milho, feijão, mandioca... e criam boi, porco, bode, ovelha. Não há projetos de irrigação;</p> <p># Tem recebido créditos para habitação, mas apenas parte das famílias foram contempladas;</p> <p># Possuem energia elétrica, advinda do programa Luz p/ Todos;</p> <p># Possuem apenas uma escola de 1º grau;</p> <p># Acessam o Bolsa família.</p> <p># Condições precárias acesso (estrada muito ruim) e ausência de transporte coletivo para a sede do município, que fica a 45 Km das comunidades;</p> <p># Ausência de saneamento básico e de água tratada.</p>	# Sofrem com o descaso/ preconceito institucional da prefeitura no repasse de informações e verbas específica para o quilombo.
25	LAGOA PEIXE	DO BOM JESUS DA LAPA	74	<p># Vivem da lavoura de subsistência e do criatório de porco, ovelha, cabra e galinha. Atualmente está sendo contemplada pelo PRONAF(Programa Nacional de Fomento a Agricultura Familiar)</p> <p># Acessam auxílios governamentais como cestas básicas e bolsa família</p>	# O presidente de Associação de bairro (não quilombola) insiste em ocupar o território inclusive promovendo desmatamento e armando emboscada contra membros da Associação Quilombola
26	NOVA BATALHINHA	BOM JESUS DA LAPA	85	<p># Vivem da produção de milho,, feijão, abóbora... e pesca p/ o consumo;</p> <p># Acessam auxílios governamentais como cestas básicas;</p> <p># Possuem energia elétrica;</p> <p># Ausência de escolas</p> <p># Ausência de água encanada e tratada;</p> <p># As condições de acesso (estradas) são precárias</p>	X
27	JATOBÁ	MUQUÉM DO SÃO FRANCISCO	72	# Vivem da agricultura de subsistência, do criatório de gado, porco, cabra...e da pesca.	# No passado recente havia conflito com fazendeiro que não permitia que o gado dos quilombolas pastassem, chegando a cercar boa parte do território.
28	JUÁ BANDEIRA	E BOM JESUS DA LAPA	600	<p># Parte do território foi objeto de desapropriação pelo INCRA p/ fins de Reforma Agrária. Vivem da lavoura de subsistência e do criatório de gado, porco, ovelha, cabra... . Possuem 3 poços artesanais; uma casa de farinha e um motor de irrigação adquiridos através da FCP</p> <p># Atualmente, parte das famílias tem tido acesso a crédito para habitação</p> <p># Possuem energia elétrica, mas esta não atinge todas as localidades da comunidade</p>	X

29	RIO DAS RÃS	BOM JESUS DA LAPA	700	<p># Atualmente as comunidades inseridas no território quilombola de Rio das Rãs estão sendo contempladas pelo PRONAF(Programa Nacional de Fomento a Agricultura Familiar); tem recebido créditos para habitação, e incentivos à produção. Produzem milho, feijão, mandioca... e criam boi, porco, bode, ovelha.</p> <p># Possuem equipamentos de irrigação (programa da COVEVASF) e receberam parte de uma casa de farinha (programa da FCP)</p> <p># Possuem energia elétrica, advinda dos programas Luz no campo e Luz p/ Todos;</p> <p># Possuem uma escola de 1º grau, mas o ensino médio é não presencial (existe uma tele sala)</p>	X
----	-------------	-------------------	-----	--	---

FONTES:

Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

Fundação Cultural Palmares

Secretaria Estadual de Promoção da Igualdade - SEPRMI-BA

Comissão Pastoral da Terra

GEOGRAFAR -UFBA

Comissão Pastoral da Pesca

Associação de Advogados de Trabalhadores Rurais no Estado da Bahia